



Vazios historiográficos: uma lacuna chamada Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil

Historiographic voids: a gap called The National School of Mines and Metallurgy of the University of Brazil

Ana Carolina Cardoso MIOTTI

Sistema de Arquivos UFRJ e Programa de Pós-graduação em História das Ciências e
das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

carolinamiotti@siarq.ufrj.br

Abstract. *The paper demonstrates, from the survey and analysis of selected sources, the absence of mention of the National School of Mines and Metallurgy (1931-1960) and its relationship with the then University of Rio de Janeiro, later the University of Brazil, in historiography. Therefore, the importance of the documentary set of this institution, under the custody of the Historical Archives Division whose archival work was fundamentally in order to fill gaps, is emphasized. The essential role of historical archives regarding the dissemination of events as well as the preservation of institutional memory and history is recognized.*

Keywords: *Historical archives. Gap. Memory. National School of Mines and Metallurgy.*

Resumo. O artigo demonstra, a partir do levantamento e análise de fontes selecionadas, a ausência da menção à Escola Nacional de Minas e Metalurgia (1931-1960) e sua relação com a então Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente Universidade do Brasil, na historiografia. Para tanto, ressalta-se a importância do conjunto documental da referida instituição sob a custódia da Divisão de Arquivos Permanentes, cujo trabalho arquivístico deu-se de forma fundamental a fim de preencher lacunas. Reconhece-se o papel imprescindível dos arquivos permanentes no que tange à divulgação de acontecimentos assim como à preservação da memória e história institucionais.

Palavras-chave: Arquivo Permanente. Lacuna. Memória. Escola Nacional de Minas e Metalurgia.



Recebido: 16/03/2023 Aceito: 12/05/2023 Publicado: 20/12/2023

DOI:10.51919/revista_sh.v1i0.412

1. Introdução

O uso de fontes é primordial para o desenvolvimento de qualquer pesquisa. Partindo desta premissa, amplia-se a necessidade de conhecimento das fontes primárias, isto é, os documentos de arquivo. Quer na administração, quer na história, os arquivos representam peça fundamental tanto no cumprimento de rotinas quanto nos aspectos de natureza científica e cultural. Como diz Bellotto (2014, p. 179), “arquivos são instrumentos nos quais a informação está registrada para que dela se faça uso”.

Exercendo o cargo de arquivista na Universidade Federal do Rio de Janeiro, relata-se que a pesquisa em questão é oriunda de um de seus arquivos, relacionando-se ao conjunto documental da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, que integra o acervo custodiado pela Divisão de Arquivos Permanentes do Sistema de Arquivos vinculado ao Gabinete da Reitoria.

O fundo arquivístico da Escola Nacional de Minas e Metalurgia (E.N.M.M.) é composto por processos administrativos resultantes de atividades meio e fim que asseguram sua subordinação à Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente, Universidade do Brasil – denominações anteriores da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – entre 1931 e 1960. Apesar do longo período abrangido, trata-se de um fato esquecido ou muito pouco conhecido, do qual a documentação é o ponto de partida para a sua divulgação.

Logo, é justamente nestes arquivos até então desconhecidos que se debruça este trabalho. De fato, a descoberta dos documentos referentes à E.N.M.M. foi preponderante para levantar questões pertinentes que concernem não somente à preservação documental, mas também se propõe a resgatar memória e história de duas renomadas instituições, cujas trajetórias são entrecruzadas durante três décadas.

Considerando tal conjuntura, tem-se como objetivo identificar uma lacuna temporal no que diz respeito a esta fase da instituição, de modo a comprová-la a partir do levantamento e análise de fontes selecionadas que demonstram o apagamento tanto de parte da história do ensino superior brasileiro como de um momento relevante que envolve a memória de ambas as instituições.

2. Arquivo Central: origem do fundo E.N.M.M.

Concebe-se no âmbito da universidade o Arquivo Central, órgão de coordenação do Sistema de Arquivos (SIARQ) subordinado à Reitoria, que exerce papel determinante no que se refere à normatização e ao desenvolvimento de políticas arquivísticas. Para Bellotto (2014, p. 75), “um sistema de arquivo em cada universidade deve e pode criar condições de otimização das funções-fim de ensino, pesquisa e extensão, ademais das próprias atividades-meio da área administrativa”.

Sendo um sistema de arquivos que agrega divisões com diferentes funções em sua estrutura, destaca-se neste contexto a Divisão de Arquivos Permanentes, que está relacionada, de fato, aos arquivos históricos, dada a sua atribuição em preservar acervos em virtude de seu valor de pesquisa e informação. Conforme o artigo 10 da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, doravante Lei de Arquivos, “os documentos de valor permanente são inalienáveis e imprescritíveis”.

Diante deste quadro, coube à divisão a tarefa de descortinar uma documentação que se encontrava armazenada no depósito à espera de tratamento adequado. Tal trabalho mostrar-se-ia deveras revelador, visto que documentos de terceira idade tornam-se parte integrante da memória da universidade.

Tratando-se de documentação rara, é preciso salientar que as etapas arquivísticas desempenhadas foram imprescindíveis para provocar questionamentos e suscitar inquietações em torno de um acontecimento que, presumindo o longo período de subordinação, permanece ainda intocável, cujo levantamento de informações tem sido possível graças ao trabalho do arquivo.

3. Os arquivos permanentes na construção da história: o conjunto documental da E.N.M.M.

De acordo com a Lei de Arquivos, “consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados” (BRASIL, 1991). Porém, Bellotto (2006, p. 175) elucida que os documentos escritos surgiram em decorrência de seus objetivos jurídicos, funcionais e administrativos, cabendo ao tempo torná-los históricos. Insere-se, nesta abordagem, o conjunto documental da Escola Nacional de Minas e Metalurgia.

É válido afirmar que Escola Nacional de Minas e Metalurgia é a denominação atribuída à Escola de Minas de Ouro Preto enquanto esteve subordinada à Universidade do Brasil. Localizada na cidade homônima, foi idealizada e inaugurada por D. Pedro II (1825-1891) em 1876, constituindo-se em um dos poucos estabelecimentos de nível superior existentes no período imperial (FAVERO, 2010; MIOTTI, 2021).

Uma das instituições de ensino mais importantes do século XIX, tornou-se alvo de várias providências do governo a partir do período republicano. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, coube a essa pasta todos os assuntos relacionados ao ensino, concebendo-se a reforma do ensino superior conhecida como Reforma Francisco Campos, que está expressa através do decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, também conhecido como Estatuto das Universidades Brasileiras (MIOTTI e LEITE, 2020; MIOTTI, 2019; 2021).

A primeira medida efetivada pelo referido estatuto foi a publicação do decreto nº 19.852 na mesma data, que organizou a Universidade do Rio de Janeiro, passando a agregar outras escolas

de nível superior – dentre elas, a Escola de Minas de Ouro Preto. Com a transformação da Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil, sob a Lei nº 452, de 05 de julho de 1937, obteve nova denominação, tornando-se Escola Nacional de Minas e Metalurgia a fim de não suscitar confusões com o nome do estado de Minas Gerais (CUNHA, 2007; MIOTTI e LEITE, 2020; MIOTTI, 2021).

A subordinação vigente por três décadas marca o período abrangido pela documentação custodiada pela Divisão de Arquivos Permanentes. A respeito do fundo arquivístico Escola Nacional de Minas e Metalurgia, aponta-se que

O conjunto documental referente à Escola Nacional de Minas e Metalurgia é composto por processos administrativos relativos às atividades meio e fim, e segundo o *respect des fonds*¹, é considerado um fundo fechado, já que os documentos deixaram de ser produzidos em virtude do desligamento. Tratava-se de uma massa documental acumulada, por isso realizou-se o tratamento documental a partir da identificação seguindo-se pela classificação dos documentos mediante aplicação de instrumentos correspondentes, isto é, as tabelas de temporalidade respectivas. (MIOTTI, 2019, p. 04)

Embora a documentação existente comprove o vínculo entre as duas instituições, tendo sido contemplada com tratamento arquivístico adequado, observa-se que a referência ao período em foco é pouco aludida – ou parcamente acessível ou praticamente nula – conforme constatado em algumas fontes de pesquisa que são exemplificadas a seguir.

4. Identificando lacunas: onde está a E.N.M.M.?

É factível que a pesquisa relacionada a acervos de guarda permanente implique levantamento de informações pertinentes não somente à história arquivística, mas também à história administrativa da documentação a ser tratada. Quanto à Escola Nacional de Minas e Metalurgia, Miotti e Leite (2020) mostraram que, durante a investigação histórica concomitante ao trabalho arquivístico, não foram encontradas fontes que assinalassem o período em que se estabeleceu a relação entre a instituição e a Universidade do Brasil.

Com o objetivo de aprofundar esta abordagem, são listados abaixo alguns exemplos de fontes bibliográficas e eletrônicas que nem citam ou nem se referem à época em questão, detectando o esquecimento de um momento histórico que teve duração de trinta anos.

A obra mais proeminente sobre a Escola de Minas de Ouro Preto é de autoria do sociólogo José Murilo de Carvalho, intitulada *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*, em homenagem ao centenário da instituição em 1976. Divide-se em três partes, sendo a primeira, “Subida aos céus”; a segunda, “Nas alturas” e a terceira, “Descida aos infernos”. Assim, nossa atenção está voltada para terceira parte, que abrange o período entre os anos de 1939 e 1976 – momento temporal em que está situada a Escola Nacional de Minas e Metalurgia.

¹ *Respect des fonds* ou princípio da proveniência consiste em deixar agrupados documentos de qualquer natureza provenientes de uma administração, pessoa física ou jurídica determinadas (BELLOTTO, 2006, p. 130).

É importante observar que, logo na introdução, o autor diz que “este estudo pretende ser uma história institucional da Escola de Minas de Ouro Preto, que, em 1976, completou cem anos de existência” (CARVALHO, 2010, p. 10). Vale ressaltar que tal afirmativa é complementada por uma nota explicativa referente ao nome da instituição ter sido alvo de transformações ao longo do tempo, optando-se por usar as seguintes denominações: **“Escola de Minas de Ouro Preto, Escola de Minas e Escola”** (CARVALHO, 2010, p. 10; grifo nosso).

Evidencia-se a ausência do nome Escola Nacional de Minas e Metalurgia, mesmo no momento de sua vigência. Conforme indicado pelo título, caracteriza-se por ser uma fase ruim da instituição. Ademais, é possível deduzir que uma tradicional escola mineira que não só tivera forte apoio do Imperador para a sua inauguração como também se destacara pelo ensino diferenciado, pudesse aceitar a condição de subordinada a uma universidade criada pelo governo federal que, àquela ocasião, tinha somente uma década de existência. Em suma, o poder central via-se pressionado ante as iniciativas de governos estaduais de estabelecerem suas próprias universidades.

Outra fonte a ser mencionada é o programa de pesquisa Memória da Administração Pública (MAPA), disponibilizado pelo Arquivo Nacional – instituição máxima da arquivística brasileira que está vinculada ao atual Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços. No Dicionário da Administração Pública Brasileira, constam dois textos referentes à Escola de Minas de Ouro Preto no tocante aos períodos imperial e republicano, cuja abrangência vai de 1876 a 1930.

Vale destacar que a referência à Escola Nacional de Minas e Metalurgia pode ser encontrada através da base de dados do programa MAPA, integrada ao Serviço de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), cujo acesso é permitido mediante cadastro obrigatório. Cabe enfatizar que esse momento está relacionado à descrição² do órgão Universidade Federal do Rio de Janeiro, havendo uma observação no que tange à descrição da Escola de Minas de Ouro Preto enquanto órgão da administração pública.

Tendo em vista que o SIAN é, muitas vezes, desconhecido por profissionais de outras áreas de conhecimento, assim como pelos cidadãos em geral, identifica-se que a menção à Escola Nacional de Minas e Metalurgia não se dá de forma clara, na medida em que é necessário consultar a descrição da UFRJ a fim de ter ciência da mesma. Reiterando que se trata de um fato que muito pouco ou nada se sabe, o acesso a tais informações faz-se insuficientemente esclarecedor, mantendo o acontecimento praticamente ignorado.

Na página da Escola de Minas de Ouro Preto (<http://www.em.ufop.br/index.php/historia>), nada foi localizado acerca do período em que a mesma se denominava Escola Nacional de Minas e Metalurgia, limitando-se a enaltecer feitos do passado, ou seja, basicamente ao século XIX quando Claude Henri Gorceix (1842-1919), importante mineralogista francês, foi diretor da instituição entre 1876 e 1891 (Figura 1).

² Conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67).



Figura 1 – Página web da Escola de Minas de Ouro Preto.

Fonte: <http://www.em.ufop.br/index.php/historia>

Quanto à página do Arquivo Permanente da Escola de Minas (APEM), em sua apresentação consta que o acervo salvaguardado compreende o período entre 1876 e 1969, isto é, desde o início da instituição até a criação da Universidade Federal de Ouro Preto. Vale destacar que não se faz alusão à conjuntura que envolve o vínculo com a Universidade do Brasil, lembrando que a respectiva documentação abrange o momento em pauta, conforme pode ser verificado no endereço <https://arquivopermanente.em.ufop.br/>.

A enciclopédia virtual Wikipédia possui um artigo sobre a Escola de Minas de Ouro Preto que pode ser encontrado no link https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_de_Minas_de_Ouro_Preto. Tanto a apresentação quanto o histórico não abordam a denominação Escola Nacional de Minas e Metalurgia bem como o vínculo com a Universidade do Brasil. Nota-se um lapso temporal, saltando do início do período republicano à década de 1960, mais precisamente ao ano de 1969 quando foi estabelecida a Universidade Federal de Ouro Preto (Figura 3).

Desta maneira, entende-se que a falta de referência à Escola Nacional de Minas e Metalurgia nos sítios oficiais é veemente, comprovando a lacuna aludida a essa fase da instituição – algo que é reproduzido no verbete disponibilizado pela Wikipédia.

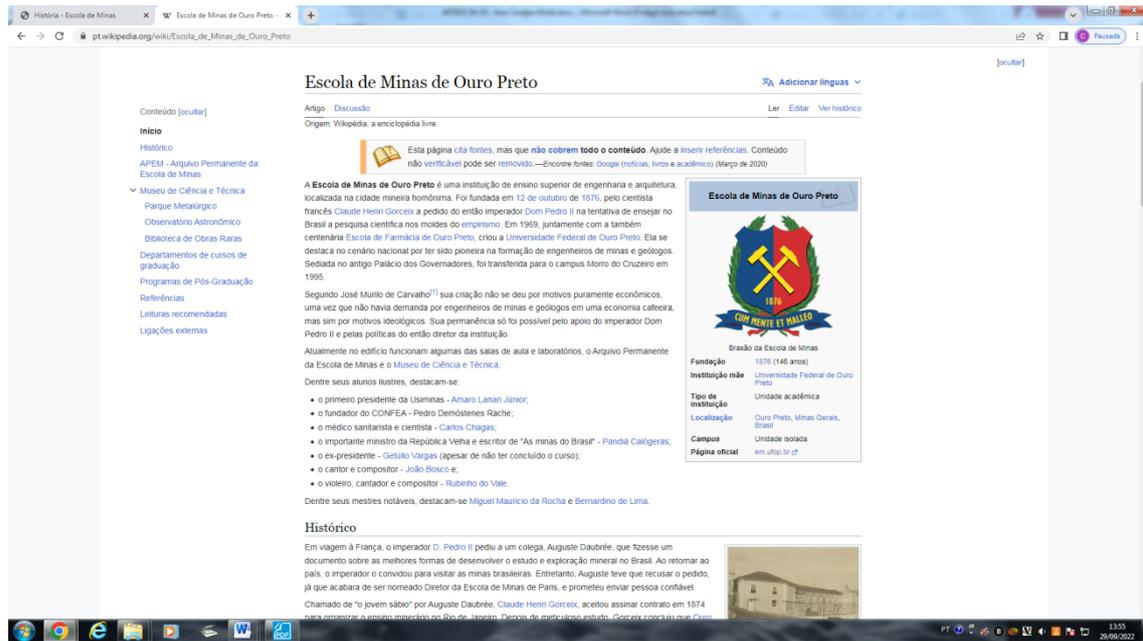


Figura 2 - Página da internet da enciclopédia virtual Wikipédia da Escola de Minas de Ouro Preto.
 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_de_Minas_de_Ouro_Preto

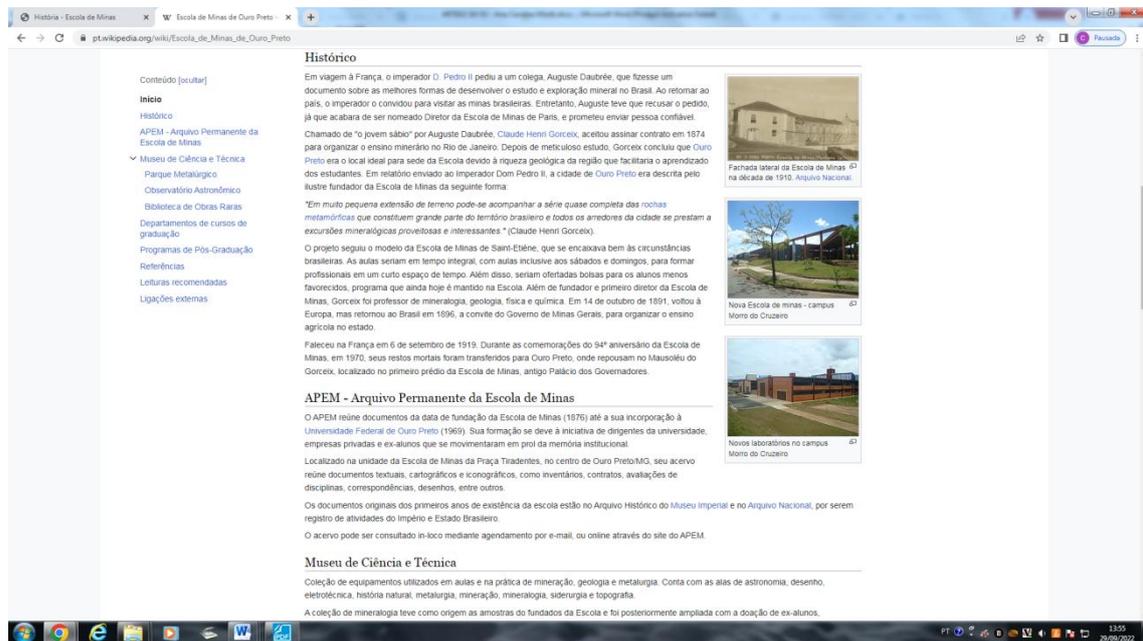


Figura 3 – Página da internet da enciclopédia virtual Wikipédia da Escola de Minas de Ouro Preto (continuação).
 Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_de_Minas_de_Ouro_Preto

Já a ferramenta Google Acadêmico reúne os mais variados trabalhos publicados em revistas eletrônicas. Ao realizar a busca pelo termo Escola Nacional de Minas e Metalurgia, os três primeiros resultados reportam-se à autora Ana Carolina Miotti, cujos títulos incluem a denominação citada.

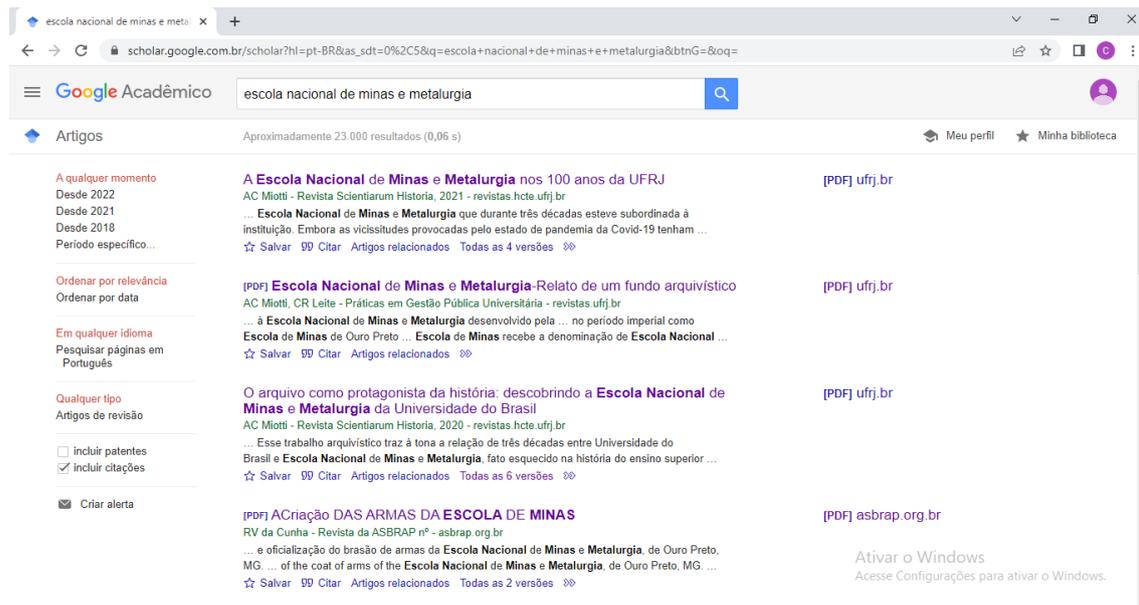


Figura 4 – Resultado de busca pelo Google Acadêmico utilizando o termo Escola Nacional de Minas e Metalurgia.

Fonte: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=escola+nacional+de+minas+e+metalurgia&oiq=escola+

Além disso, é interessante ilustrar que a linha do tempo referente à história da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos preparativos para as comemorações de seu centenário em 2020, cujos depoimentos estão disponíveis no site <https://100anos.ufrj.br/linha-do-tempo/>, não se faz alusão qualquer à Escola Nacional de Minas e Metalurgia. Inclusive, é preciso ratificar que, em circunstância alguma, houve contato com a Divisão de Arquivos Permanentes a fim de que se pudesse conceder um breve relato sobre o assunto.

5. E.N.M.M.: esquecimento materializado

Pollak (1989, p. 09) define memória como uma operação coletiva de acontecimentos e lembranças do passado que se quer salvaguardar. A partir desta afirmativa e com base naquilo que foi relatado anteriormente, é possível identificar que a relação entre Escola Nacional de Minas e Metalurgia e Universidade do Brasil não poderia ser, de fato, algo a ser lembrado.

Entretanto, é preciso questionar como duas instituições tão valorosas permitiram que houvesse esse esquecimento. Afinal, a história da ciência também se constrói através da história de instituições científicas, e, neste caso específico, o lapso de três décadas é preponderante para que se instale essa lacuna no campo da história das ciências no Brasil, reverberando o que já acontece na sociedade e que, infelizmente, pode ser sintetizado na máxima de que o Brasil é um país sem memória.

Nesta perspectiva, é de suma relevância reescrever a história destas instituições que, para este propósito, o arquivo exerce papel imprescindível, dada a sua importância em proporcionar

testemunhos e, sendo assim, como diz Nora (1993, p. 10), “o arquivo muda de sentido e de *status* simplesmente por seu peso”.

Partindo de constatações oriundas da experiência profissional, é relevante frisar que a realidade arquivística da universidade na época da produção dos documentos da Escola Nacional de Minas e Metalurgia indica o desconhecimento do campo empírico da Arquivologia, contribuindo sobremaneira para o apagamento dessas fontes, embora os documentos tivessem sido armazenados sem quaisquer critérios arquivísticos. Diante deste quadro, Bellotto (2014, p. 284) afirma que “trazer à luz conjuntos significativos antes ignorados pode valer mais do que descrever fontes que eram do conhecimento de historiadores”.

Além da história das instituições abordadas, tratando-se de uma centenária e outra quase sesquicentenária, as implicações deste esquecimento repercutem na história e na consolidação do ensino superior no Brasil, posto que se refere ao momento em que se estabelecem padrões de organização universitária, perpassando importantes períodos governamentais como, por exemplo, a Era Vargas (1930-1945) e o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960).

Deste modo, revelar fundos ignorados é determinante como prioridade nos arquivos permanentes (BELLOTTO, 2014). É essencial que a história não seja apagada, a começar pelos arquivos. Desmistificar aquilo que é inconveniente de acordo com seus períodos históricos resulta em um primeiro passo para configurar novos caminhos na historiografia em questão.

6. Considerações finais

É mister afirmar que o conjunto documental da Escola Nacional de Minas e Metalurgia vai muito além de processos que servem como testemunhos produzidos no decorrer de suas atividades administrativas e acadêmicas em face da subordinação à Universidade do Brasil. Com efeito, tais documentos denunciam como trinta anos de história de duas prestigiosas instituições universitárias e, sobretudo, a história do ensino superior brasileiro referente a esse período foram veementemente relegadas.

Constata-se que o esquecimento dessa relação é algo consolidado, tal qual se revela nos exemplos abordados. Entretanto, a existência do fundo arquivístico da E.N.M.M. constitui prova irrefutável para recuperar parte de uma realidade intangível em fontes de pesquisa. Ademais, é absurdo reconhecer uma lacuna profunda na história de uma instituição que se destacou, principalmente, pelo seu pioneirismo científico.

Uma das vertentes da dita *nova história* está relacionada à *história vista de baixo*, cuja importância está voltada para diferentes contextos, considerando, por exemplo, o cotidiano e os excluídos (BURKE, 2011). Em nosso caso, esta história que ninguém conta – ou, pelo menos, ninguém contava até então – tem sido edificada eminentemente pelo trabalho arquivístico.

A tentativa de apagá-la foi implantada. No entanto, este trabalho tem por objetivo fazer ressurgir algo que não era conveniente para ser lembrado. É por essa razão que são iminentes o interesse e a dedicação pela pesquisa com publicação e apresentação de trabalhos relacionados a fim de ressaltar que o período em questão tem, de fato, bastante relevância.

A construção da memória e história de instituições científicas faz-se, sobretudo, a partir de peças fundamentais que são os documentos de arquivo. Desta maneira, a divulgação arquivística é crucial para preencher lacunas existentes na historiografia, na medida em que promove a visibilidade de acontecimentos ora desconhecidos através dos acervos.

Agradecimentos

À pesquisadora Regina Maria Macedo da Costa Dantas pelas contribuições relevantes.

Financiamento

O presente trabalho não obteve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Referências

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Acesso em: 01 jun. 2019.

ARQUIVO PERMANENTE DA ESCOLA DE MINAS. UFOP. O Arquivo. Disponível em: <https://arquivopermanente.em.ufop.br/>. Acesso em: 09 mai. 2023.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 12 jul. 2020.

BURKE, P.(org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

CARVALHO, J. M. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ESCOLA DE MINAS. UNIVERSIDADE DE OURO PRETO. Institucional. Disponível em: <http://www.em.ufop.br/index.php/historia>. Acesso em: 29 set. 2022.

FAVERO, M. L. A. **A Universidade do Brasil: das origens à construção**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GOOGLE ACADÊMICO. Escola Nacional de Minas e Metalurgia. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=escola+nacional+de+minas+e+metalurgia&oq=escola+. Acesso em: 25 jun. 2022

MIOTTI, A. C. O arquivo como protagonista da História: descobrindo a Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil. **Revista Scientiarum Historia**, v.1, p. 9, 12 dez. 2019.

MIOTTI, A. C. A Escola Nacional de Minas e Metalurgia nos 100 anos da UFRJ. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, p. 10-10, 2021.

MIOTTI, A. C.; LEITE, C. R. Escola Nacional de Minas e Metalurgia – Relato de um fundo arquivístico. **Práticas em Gestão Pública Universitária**, v. 4, n. 2, p. 205-220, 2020.

NORA, P. Entre memória e história: A problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. 10ª ed. São Paulo, 1993.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

UFRJ FAZ 100 ANOS (1920-2020). FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA. Linha do tempo. Disponível em: <https://100anos.ufrj.br/linha-do-tempo/>. Acesso em: 25 jun. 2022.

WIKIPEDIA.ORG. Escola de Minas de Ouro Preto. Página inicial. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_de_Minas_de_Ouro_Preto. Acesso em: 29 set. 2022.